



INSTRUÇÕES

1. Quando autorizado, verifique, atentamente este CADERNO DE PROVA, que deve conter 30 (trinta) questões de múltipla escolha e 1 (uma) dissertativa de até 70 linhas. Constatando qualquer anormalidade, como página sem impressão ou repetida, ausência de página ou, ainda, impressão defeituosa, solicite imediatamente sua substituição.
2. Escreva seu nome completo, de forma legível, no local indicado do cartão de resposta;
3. No cartão de respostas, entre as 5 (cinco) alternativas, marque aquela considerada correta para cada questão, conforme exemplo abaixo;
4. Será anulada a questão que contiver mais de uma resposta ou rasura;
5. As provas (objetiva e dissertativa) terão duração total de 4 horas;
6. O caderno de questões, cartão de respostas e folha de texto definitivo da prova dissertativa deverão ser preenchidos com caneta esferográfica azul ou preta e devolvidos ao fiscal ao término da prova;
7. As provas serão realizadas sem consulta a qualquer material, não sendo permitida, durante sua realização, a comunicação entre candidatos, bem como a utilização de aparelhos eletrônicos (Smartphone, telefone celular, gravador, fones etc.), livros, anotações, dentre outros materiais;
8. Durante a prova, o candidato não deve se levantar. Em caso de alguma necessidade, solicitar orientações ao fiscal de sala. É permitida, com autorização, a ida ao banheiro.

No cartão de respostas, assinale a alternativa considerada correta para cada questão, conforme exemplo abaixo:

QUESTÕES	RESPOSTAS				
1	A	B	C	D	E
2	A	B	C	D	E
3	A	B	C	D	E
4	A	B	C	D	E
5	A	B	C	D	E



PROVA OBJETIVA DE LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo e responda às questões de 01 a 05.

Em 2020, o Ministério Público Militar (MPM) completou seu centenário de existência, consolidando-se como instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbida da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis no âmbito das Forças Armadas. Criado oficialmente pelo Decreto nº 14.450, de 30 de outubro de 1920, o órgão castrense nasceu colado à necessidade de estruturação da Justiça Militar da União (JMU).

Ao longo de mais de um século, a atuação do MPM transcendeu a mera persecução penal dos crimes castrenses. A instituição adaptou-se às profundas transformações políticas e sociais do Brasil, moldando suas estruturas normativas até a consagração definitiva pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Complementar nº 75/1993. Manejando com equilíbrio os princípios da hierarquia e da disciplina — vigas mestras das instituições militares —, o Ministério Público Militar atua de forma a garantir que a rigidez necessária às Forças Armadas não se sobreponha às garantias fundamentais do cidadão-militar. Diante da modernidade, o *Parquet* das Armas renova seu compromisso com a sociedade, demonstrando que a especialização de suas atribuições constitui fator de eficiência e de preservação dos valores republicanos no seio das casernas.

Fonte: inédita (baseada no Histórico do MPM)

QUESTÃO 01. Assinale a alternativa **CORRETA** que traduz fielmente a tese do texto a respeito do Ministério Público Militar.

- Ⓐ O MPM possui uma atuação estritamente punitiva, focada na manutenção do regime disciplinar das Forças Armadas sem interferência nas garantias fundamentais.
- Ⓑ A criação do MPM em 1920 ocorreu de forma autônoma e desvinculada da reestruturação da Justiça Militar da União.
- Ⓒ A especialização do MPM, ao longo de seu centenário, concilia a preservação dos princípios basilares das Forças Armadas com a salvaguarda dos direitos fundamentais e dos valores republicanos.
- Ⓓ A atuação do MPM restringe-se historicamente à persecução penal dos crimes castrenses, sem sofrer impactos normativos com o advento da Constituição de 1988
- Ⓔ A eficiência do MPM decorre da subordinação direta de seus membros à hierarquia e disciplina do comando do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.



QUESTÃO 02. A coesão textual é responsável por estabelecer as ligações conceituais e gramaticais em um texto. Analise o emprego dos elementos coesivos no fragmento e assinale a alternativa **CORRETA**.

- Ⓐ O pronome possessivo "suas", no trecho "moldando suas estruturas normativas", refere-se anaforicamente a "transformações políticas e sociais".
- Ⓑ O termo "o órgão castrense" (1º parágrafo) e a expressão "o *Parquet* das Armas" (2º parágrafo) funcionam como recursos de coesão por substituição lexical (sinonímia/metonímia) para retomar o referente "Ministério Público Militar".
- Ⓒ O travessão duplo utilizado no segundo parágrafo ("— vigas mestras das instituições militares —") isola uma oração coordenada sindética que quebra a cadeia coesiva do período.
- Ⓓ A conjunção "até", inserida em "até a consagração definitiva", atua como elemento de coesão condicional, impondo uma restrição temporal ao desenvolvimento do MPM.
- Ⓔ O vocábulo "onde", se inserido em substituição à locução "no seio das", em "...no seio das casernas", preservaria a coesão e a regência padrão no fechamento do texto.

QUESTÃO 03. A classificação das palavras e a correta grafia são fundamentais para a construção do sentido do texto. Com base nos termos nele empregados, assinale a alternativa **CORRETA**.

- Ⓐ O termo "sociais", no trecho "transformações políticas e sociais", classifica-se como um adjetivo que restringe e qualifica o substantivo "transformações".
- Ⓑ A palavra "centenário" recebe acento agudo por ser uma paroxítona terminada em ditongo crescente, regra que foi totalmente abolida pelo Novo Acordo Ortográfico.
- Ⓒ Os vocábulos "hierarquia", "disciplina" e "rigidez" são classificados gramaticalmente como adjetivos, pois caracterizam o comportamento das Forças Armadas.
- Ⓓ O substantivo "casernas" (fim do texto) foi empregado em sentido próprio e estrito para designar exclusivamente aparelhos de informática da instituição.
- Ⓔ De acordo com o Novo Acordo Ortográfico, a palavra "século" perdeu o acento agudo por se tratar de uma palavra oxítona terminada em "o".



QUESTÃO 04. Avalie as relações de regência e o emprego do acento grave presentes no texto e nas propostas de reescrita. Assinale a opção **CORRETA**.

- Ⓐ No trecho "essencial à função jurisdicional", a crase é facultativa, uma vez que o termo regente admite opcionalmente a omissão da preposição "a".
- Ⓑ Na linha "nasceu colado à necessidade", a eliminação da crase estaria correta caso substituíssemos "necessidade" pela palavra sinônima masculina "imperativo".
- Ⓒ Caso o segmento "às garantias fundamentais" fosse substituído por "a direitos fundamentais", o sinal indicativo de crase deveria ser obrigatoriamente mantido.
- Ⓓ Em "adaptou-se às profundas transformações", o acento indicativo de crase é obrigatório devido à regência do verbo pronominal "adaptar-se" (rege preposição "a") combinada com o artigo definido feminino plural "as".
- Ⓔ O trecho "não se sobreponha às garantias" apresenta desvio gramatical, visto que o verbo "sobrepor" exige unicamente complemento direto (sem preposição).

QUESTÃO 05. Analise a grafia, as regras de acentuação e as pontuações empregadas no desenvolvimento do texto. Assinale a alternativa que indica uma proposição **CORRETA**.

- Ⓐ As palavras "centenário", "instituição" e "jurisdicional" pertencem à mesma classe gramatical e são acentuadas graficamente pela mesma razão fonética.
- Ⓑ O vocábulo "Decreto" deveria estar grafado obrigatoriamente com inicial minúscula, por tratar-se de um substantivo comum que não compõe nome próprio de documento normativo específico no texto.
- Ⓒ A supressão da vírgula logo após a data "30 de outubro de 1920" (1º parágrafo) preservaria a correção gramatical e o sentido original do período, por isolar termo de valor adjetivo restritivo.
- Ⓓ No trecho "transformações políticas e sociais", o adjetivo "políticas" poderia ser grafado com hífen e no singular ("política-sociais"), sem que isso gerasse erro de concordância nominal.
- Ⓔ A substituição do travessão duplo que isola o segmento "— vigas mestras das instituições militares —" por duas vírgulas mantém a correção gramatical e a coerência sintática da frase.



PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS JURÍDICOS ESPECÍFICOS

DIREITO PENAL COMUM E DIREITO PENAL MILITAR (Questões 6 a 15)

QUESTÃO 06. Sobre a aplicação da lei penal comum e penal militar no tempo, assinale a **CORRETA**.

- (A) Ambos os códigos (CP e CPM) adotam a teoria da atividade para definir o tempo do crime.
- (B) O CP adota a teoria da atividade, enquanto o CPM adota a teoria da ubiquidade para o tempo do crime.
- (C) Tanto o CP quanto o CPM adotam a teoria do resultado para o tempo do crime.
- (D) A lei posterior que de qualquer outro modo favorece o agente não se aplica aos processos militares com sentença transitada em julgado.
- (E) O CPM proíbe expressamente a retroatividade da *lex mitior*.

QUESTÃO 07. Assinale a alternativa **CORRETA** no que se refere ao conceito de Crime Militar (Art. 9º do CPM), após a Lei 13.491/2017.

- (A) Só são crimes militares as condutas tipificadas exclusivamente no Código Penal Militar.
- (B) Crimes previstos na legislação penal comum, quando praticados por militares em situação de atividade contra civil em lugar sujeito à administração militar, são considerados crimes militares.
- (C) O conceito de crime militar por extensão foi extinto pela reforma de 2017.
- (D) Os crimes dolosos contra a vida praticados por militares das Forças Armadas contra civil são sempre de competência do Tribunal do Júri.
- (E) A Justiça Militar não pode julgar crimes previstos no Código Penal comum.

QUESTÃO 08. Sobre a Culpabilidade e o Erro, identifique a diferença entre o Código Penal comum e o Código Penal Militar e assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) O CPM admite a excludente de culpabilidade por obediência hierárquica mesmo que a ordem seja manifestamente ilegal.
- (B) Ambos os códigos tratam o erro de tipo de forma idêntica, sempre excluindo o dolo e a culpa.
- (C) No CP, o erro de proibição inevitável isenta de pena; no CPM, o erro de direito não isenta de pena, mas pode atenuá-la.
- (D) O CPM não prevê a embriaguez completa proveniente de caso fortuito como isenção de pena.
- (E) A coação moral irresistível no CPM não exclui a culpabilidade.



QUESTÃO 09. A respeito do processo de aplicação da pena, o Direito Penal Militar apresenta peculiaridades estruturais que o diferenciam do Direito Penal Comum. Em face dessa correlação legal, assinale a opção **CORRETA**.

- Ⓐ Tanto o Código Penal Comum quanto o Código Penal Militar adotam expressamente o sistema trifásico de Nelson Hungria, fixando a pena base na primeira fase, as atenuantes e agravantes na segunda, e as causas de aumento e diminuição na terceira fase.
- Ⓑ O Código Penal Comum adota o critério bifásico, enquanto o Código Penal Militar inovou ao prever um sistema tetrafásico (quatro fases) de aplicação da pena, isolando os crimes contra a hierarquia militar em uma etapa autônoma de cálculo.
- Ⓒ No Código Penal Militar, as circunstâncias atenuantes e agravantes são idênticas, em rol e nomenclatura, àquelas previstas no Código Penal Comum, sendo vedado ao magistrado militar aplicar penas que não existam no crime comum.
- Ⓓ O Código Penal Militar (artigo 69) consagra o sistema bifásico para a fixação da pena privativa de liberdade, no qual o juiz fixa a pena-base considerando a gravidade do crime e os antecedentes (primeira fase) e, no mesmo momento subsequente, calcula conjuntamente as atenuantes, agravantes, causas de aumento e de diminuição (segunda fase).
- Ⓔ O fato de o agente ser menor de 21 anos ou maior de 70 anos na data do crime é tratado no CPM de forma idêntica ao Código Penal Comum, funcionando como causa que extingue o processo militar automaticamente antes da fixação da pena.

QUESTÃO 10. Assinale a alternativa **CORRETA** a respeito do crime de Deserção (artigo 187 do Código Penal Militar), considerando a sua classificação doutrinária, as normas do CPM e a jurisprudência pacificada do Superior Tribunal Militar (STM).

- Ⓐ Crime propriamente militar e instantâneo de efeitos permanentes, cuja consumação exige, no tipo básico, a ausência do militar, sem licença, por mais de 8 (oito) dias da unidade em que serve ou do lugar em que deve permanecer.
- Ⓑ Crime militar impróprio e de mera conduta, admitindo a modalidade culposa quando demonstrada a negligência do militar em reapresentar-se no prazo legal.
- Ⓒ Crime propriamente militar, que exige dolo específico e admite tentativa em qualquer cenário de ausência.
- Ⓓ Um delito de omissão imprópria (comissivo por omissão) que, por exigir um resultado naturalístico para a sua perfeita caracterização, admite a tentativa na modalidade de evasão ou fuga.
- Ⓔ Um crime de perigo concreto, razão pela qual o retorno voluntário do emansor logo após o décimo dia de ausência opera como causa automática de extinção da punibilidade.



QUESTÃO 11. Sobre a teoria adotada como regra para definir a relação de causalidade no Direito Penal Militar, assinale a alternativa que indica opção **CORRETA**.

- (A) Teoria da causalidade adequada, segundo a qual causa é apenas a conduta mais provável e apta a gerar o resultado segundo a experiência comum.
- (B) Teoria da imputação objetiva, que exige a criação ou majoração de um risco proibido pelo agente para que o resultado lhe seja atribuído.
- (C) Teoria da causalidade cega, que determina que o militar em serviço responde por todo e qualquer resultado gerado na unidade, independentemente de sua conduta.
- (D) Teoria da equivalência dos antecedentes causais (*conditio sine qua non*), que considera causa toda ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido.
- (E) Teoria da eficiência causal, que estabelece que apenas a última conduta praticada antes do resultado pode ser considerada como causa do crime.

QUESTÃO 12. Em relação aos crimes contra a Administração Militar, assinale a alternativa **CORRETA** sobre o que o crime de desacato a superior exige para a sua configuração.

- (A) Que o superior esteja fardado no momento do ato.
- (B) Que a ofensa ocorra na presença de outro militar para haver testemunha.
- (C) Que o agente seja civil.
- (D) O dolo de menosprezar ou aviltar o superior em razão da função ou na presença dele.
- (E) Apenas a ocorrência de uma discussão acalorada sobre questões administrativas.

QUESTÃO 13. Em relação ao instituto da tentativa no Código Penal Militar (Art. 30), julgue os itens e assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) A punição da tentativa é sempre idêntica à do crime consumado.
- (B) A tentativa é passível de punição apenas quando o crime praticado atentar contra o patrimônio militar.
- (C) Não se admite a redução de pena na tentativa militar.
- (D) A tentativa excepcionalmente gravada é um instituto previsto tanto no CPM quanto o CP Comum.
- (E) Pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços, podendo o juiz, no caso de excepcional gravidade, aplicar a pena do crime consumado.



QUESTÃO 14. Quanto à legítima defesa e à luz do Código Penal Militar, julgue os itens e assinale a alternativa **CORRETA**.

- Ⓐ O CPM não adota os mesmos requisitos do Código Penal comum (Art. 25 do CP), mas admite a legítima defesa de terceiros.
- Ⓑ Só é permitida se o militar estiver em serviço.
- Ⓒ Exige que a agressão seja atual ou iminente e o uso moderado dos meios necessários.
- Ⓓ Exclui a ilicitude apenas se houver ordem superior prévia.
- Ⓔ É causa de isenção de pena, mas não exclui o crime.

QUESTÃO 15. Assinale a alternativa **CORRETA** acerca da teoria que, como regra, foi adotada pelo Código Penal Militar em relação ao concurso de pessoas.

- Ⓐ A teoria monista ou unitária.
- Ⓑ A teoria dualista.
- Ⓒ A teoria pluralista.
- Ⓓ A teoria do domínio do fato de forma exclusiva.
- Ⓔ Não há previsão de concurso de pessoas no CPM.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR E DIREITO PROCESSUAL PENAL COMUM

(Questões 16 a 25)

QUESTÃO 16. No que se refere à aplicação da lei processual penal (CPP e CPPM) no tempo, assinale a opção **CORRETA**.

- Ⓐ O CPPM adota a teoria do isolamento dos atos processuais, enquanto o CPP adota a teoria da unidade processual.
- Ⓑ A lei processual militar nunca retroage, mesmo que benéfica.
- Ⓒ Ambas adotam o princípio *tempus regit actum*, respeitando-se a validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.
- Ⓓ Atos processuais militares realizados sob lei antiga devem ser repetidos se a lei nova for mais favorável ao réu.
- Ⓔ A lei processual penal comum não se aplica subsidiariamente ao processo militar.



QUESTÃO 17. Estabelecendo um cotejo entre o Inquérito Policial Comum (regido pelo CPP) e o Inquérito Policial Militar (regido pelo CPPM), assinale a afirmativa **CORRETA**.

- Ⓐ O prazo para encerramento do inquérito de indiciado preso é idêntico em ambos os diplomas: 10 (dez) dias, improrrogáveis.
- Ⓑ O indiciamento em IPM, diferentemente do processo comum, exige a lavratura de uma portaria fundamentada subscrita pelo Ministério Público Militar antes do envio ao juiz.
- Ⓒ No âmbito do CPPM, o Inquérito Policial Militar (IPM) pode ser arquivado diretamente pelo encarregado do inquérito (Oficial da Força) quando este se convencer da inexistência de crime militar.
- Ⓓ Conforme o CPPM (art. 20), o IPM tem caráter sigiloso, contudo, o encarregado do inquérito não poderá vedar ao advogado do indiciado o acesso aos elementos de prova já documentados nos autos, em respeito às garantias constitucionais e à Súmula Vinculante nº 14.
- Ⓔ O prazo para conclusão do IPM, estando o indiciado solto, é de 30 dias no CPPM, não admitindo qualquer modalidade de prorrogação pela autoridade judiciária militar.

QUESTÃO 18. Sobre a titularidade e espécies de ação penal, o Processo Penal Militar adota regras muito mais restritivas que o Processo Penal Comum. Sobre o tema, assinale a opção **CORRETA**.

- Ⓐ A ação penal privada subsidiária da pública é expressamente vedada na Justiça Militar da União por ofensa ao princípio da especialidade e à exclusividade do MPM.
- Ⓑ O prazo para o oferecimento da denúncia pelo Ministério Público Militar, estando o réu preso, é de 15 (quinze) dias, contados da data em que receber os autos do IPM.
- Ⓒ O Ministério Público Militar pode desistir da ação penal militar após o recebimento da denúncia, caso surjam provas cabais de inocência do acusado durante a instrução criminal.
- Ⓓ O Ministério Público Militar pode transigir nos crimes militares, aplicando-se a Lei 9.099/95.
- Ⓔ No Processo Penal Militar, em tempo de paz, todas as ações penais são públicas incondicionadas.



QUESTÃO 19. Assinale a opção **CORRETA** quanto ao Foro Militar e Competência.

- (A) A Justiça Militar da União é competente para julgar civis que praticam crimes militares contra as instituições militares federais.
- (B) A Justiça Militar Estadual tem competência para julgar civis.
- (C) O julgamento de crimes militares cometidos por todos os oficiais é feito pelo Conselho Especial de Justiça.
- (D) O Conselho Permanente de Justiça julga oficiais e praças.
- (E) A competência da JMU é definida pela pena cominada ao crime.

QUESTÃO 20. Assinale a alternativa que apresenta a proposição **CORRETA** sobre a "menagem", um instituto exclusivo do Processo Penal Militar.

- (A) Uma espécie de homenagem prestada ao militar por bom comportamento.
- (B) Um recurso utilizado para impugnar a sentença condenatória.
- (C) Uma medida cautelar de liberdade provisória com restrição de locomoção.
- (D) Uma forma de citação especial para oficiais generais.
- (E) O nome dado ao interrogatório do réu preso.

QUESTÃO 21. Assinale a opção **CORRETA** que se relaciona à prova no processo penal, na busca e apreensão domiciliar.

- (A) Pode ser realizada à noite se houver ordem judicial.
- (B) Pode ser realizada durante o dia, sem mandado, em caso de flagrante delito.
- (C) No CPPM, não exige mandado se for realizada por oficial em unidade militar.
- (D) O CPP proíbe a apreensão de documentos em escritórios de advocacia em qualquer hipótese.
- (E) A entrada em domicílio durante o dia para busca e apreensão prescinde de mandado se o morador for militar.

QUESTÃO 22. Sobre as Nulidades no Processo Penal Militar, assinale a opção **CORRETA**.

- (A) A falta de citação é suprida se o réu comparece apenas para arguir a nulidade.
- (B) Qualquer irregularidade gera nulidade absoluta automática.
- (C) O CPPM não admite o saneamento de nulidades.
- (D) A incompetência do juízo é considerada nulidade relativa no CPPM.
- (E) Aplica-se o princípio *pas de nullité sans grief* (não há nulidade sem prejuízo).



QUESTÃO 23. Em relação ao recurso cabível contra a decisão que rejeita a denúncia no CPPM, assinale a opção **CORRETA**.

- (A) Apelação.
- (B) Recurso Criminal com efeito suspensivo.
- (C) Agravo em Execução.
- (D) Recurso em Sentido Estrito.
- (E) Embargos Infringentes.

QUESTÃO 24. Julgue os itens que seguem e assinale a alternativa **CORRETA** sobre a Prisão em Flagrante no CPPM.

- (A) Qualquer pessoa do povo pode e os militares devem prender quem for encontrado em flagrante delito.
- (B) O prazo para entrega da nota de culpa é de 48 horas.
- (C) O auto de prisão em flagrante deve ser lavrado sempre por autoridade policial civil.
- (D) Não se admite o flagrante em crimes propriamente militares.
- (E) O civil nunca pode ser preso em flagrante por autoridade militar.

QUESTÃO 25. Assinale a alternativa **CORRETA** sobre a Revisão Criminal no Processo Penal Militar.

- (A) Serve para agravar a pena se surgirem novas provas de crime mais grave.
- (B) Só pode ser requerida pelo próprio réu, pessoalmente.
- (C) Não é admitida se o réu já tiver falecido.
- (D) Pode ser requerida a qualquer tempo, mesmo após a extinção da pena.
- (E) É julgada pelo Conselho de Justiça que proferiu a sentença.



DIREITO CONSTITUCIONAL (Questões 26 a 28)

QUESTÃO 26. Julgue a opção **CORRETA** sobre o Poder Judiciário e a Justiça Militar da União (JMU).

- (A) O Superior Tribunal Militar (STM) é composto por 11 ministros vitalícios. São todos nomeados pelo presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal.
- (B) A JMU tem competência para julgar ações cíveis movidas contra a União em matéria militar.
- (C) O STM não possui competência para julgar Habeas Corpus.
- (D) Os juízes federais da justiça militar integram os Conselhos de Justiça como membros votantes, tendo seus votos maiores relevância em caso de empate no julgamento.
- (E) Compete à JMU processar e julgar os crimes militares definidos em lei, incluindo os praticados por civis contra as instituições militares.

QUESTÃO 27. Sobre o controle de constitucionalidade, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) A cláusula de reserva de plenário (Art. 97 CF) exige que a inconstitucionalidade de lei seja declarada pelo voto da maioria absoluta dos membros do tribunal ou do respectivo órgão especial.
- (B) O controle difuso é exercido exclusivamente pelo Supremo Tribunal Federal.
- (C) O Ministério Público Militar possui legitimidade universal para propor ADI perante o STF.
- (D) O mandado de injunção é o remédio cabível contra o abuso de poder de autoridade militar.
- (E) No controle concentrado, a decisão produz efeitos apenas entre as partes (*inter partes*).

QUESTÃO 28. Sobre as funções essenciais à Justiça e o Ministério Público, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Após 1 ano de exercício, os membros do MP possuem as garantias da vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio.
- (B) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica e do regime democrático.
- (C) O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) é presidido pelo Ministro da Justiça.
- (D) O Ministério Público Militar não faz parte do Ministério Público da União.
- (E) A autonomia funcional permite ao promotor descumprir ordens judiciais transitadas em julgado.



LEI ORGÂNICA DO MPU 75/93 (questões 29 e 30)

QUESTÃO 29. Julgue a opção **CORRETA** sobre a estrutura organizacional do Ministério Público da União, segundo a Lei Complementar nº 75/93 (Lei Orgânica do MPU).

- (A) O Ministério Público Federal e os Ministérios Públicos dos Estados.
- (B) Apenas o Ministério Público Federal e o Ministério Público Militar.
- (C) O Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
- (D) O Ministério Público junto aos Tribunais de Contas.
- (E) O Ministério Público Militar e a Defensoria Pública da União.

QUESTÃO 30. Assinale a opção **CORRETA** quanto a competência do Ministério Público Militar, nos termos da Lei Orgânica do MPU.

- (A) Exercer o controle externo da atividade policial civil.
- (B) Representar a União judicialmente em questões de contratos militares.
- (C) Atuar em causas de família envolvendo militares das Forças Armadas.
- (D) Nomear os comandantes das forças militares em caso de vacância.
- (E) Promover, privativamente, a ação penal pública militar.



PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, caso deseje, utilize o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA, no local apropriado, pois não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **linhas disponibilizadas** será desconsiderado.
- Na Folha de Texto Definitivo, a presença de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a anulação da sua prova discursiva.

SITUAÇÃO HIPOTÉTICA

Contexto: o Ministério Público Militar, por seu órgão de execução na Procuradoria de Justiça Militar em Curitiba/PR (PJM-PR), denunciou o Soldado **GUERRA (do Exército Brasileiro)** pela prática do crime de posse de substância entorpecente em lugar sujeito à administração militar (art. 290 do Código Penal Militar), pois foi flagrado guardando 5 (cinco) gramas de maconha em seu armário no alojamento do quartel. Após regular instrução perante o Conselho Permanente de Justiça, o réu foi **condenado** à pena de 1 ano de prisão, com direito ao *sursis*. A Defesa Técnica, intimada da sentença, interpôs tempestivamente **Recurso de Apelação** perante o Superior Tribunal Militar (STM). Em suas razões recursais, a Defesa pleiteou:

1. A absolvição do acusado pela aplicação do princípio da insignificância (bagatela), dado o pequeno quantitativo de droga;
2. Subsidiariamente, a nulidade do processo por ausência de laudo definitivo, uma vez que o laudo pericial constante nos autos foi subscrito por apenas um perito oficial engenheiro químico;
3. A aplicação analítica e subsidiária do art. 28 da Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas comum), para substituir a pena privativa de liberdade por advertência ou medida educativa, alegando a despenalização do porte para consumo pessoal.

Problema: na condição de Residente Jurídico na Procuradoria de Justiça Militar em Curitiba/PR (PJM-PR), você recebeu os autos para minutar a peça processual contrária à Apelação interposta pela Defesa do Soldado **GUERRA**. Com base nos elementos do caso e considerando que **termo de interposição** já foi encaminhado ao Juiz Federal da Justiça Militar da Auditoria da 5ª Circunscrição Judiciária Militar, elabore a **minuta da peça processual cabível**. Seu texto deve rebater os argumentos defensivos de forma clara, precisa e direta, sem extensões desnecessárias, aplicando a legislação penal militar e a jurisprudência consolidada do STF e do STM para fundamentar a manutenção integral da sentença condenatória.



CRITÉRIO DE CORREÇÃO PARA CONFERIR A PONTUAÇÃO: VALOR TOTAL DE 40 PONTOS

- Serão atribuídos até 6,0 pontos a ESTRUTURA, FORMALIDADE E ADMISSIBILIDADE do Recurso. Desses pontos, até 1,5 ao nome correto da peça processual interposta; até 1,5 ao adequado direcionamento da peça processual; até 1,5 à tempestividade e legitimação; e até 1,5 ao vernáculo e técnica jurídica.
- Serão atribuídos até 8,0 pontos a PRELIMINAR PROCESSUAL (higidez do Laudo Pericial).
- Serão atribuídos até 20,0 pontos ao MÉRITO DO DIREITO PENAL MILITAR. Desses, até 10,0 pontos sobre a aplicabilidade ou não do Princípio da Insignificância ao caso em tela; e até 10,0 pontos sobre aplicabilidade ou não da Lei de Drogas Comum (Lei nº 11.343/06, Art. 28) na JMU.
- Serão atribuídos até 6,0 pontos aos PEDIDOS E FECHAMENTO. Desses, até 4,0 pontos na formulação dos requerimentos, e até 2,0 pontos para o encerramento formal da peça processual.

1. LEGISLAÇÃO PERTINENTE E DE APOIO AO CANDIDATO (Base Normativa).

1.1. Código Penal Militar (Decreto-Lei nº 1001/1969):

Tráfico, posse ou uso de entorpecente ou substância de efeito similar

Art. 290. Receber, preparar, produzir, vender, fornecer, ainda que gratuitamente, ter em depósito, transportar, trazer consigo, ainda que para uso próprio, guardar, ministrar ou entregar de qualquer modo a consumo substância entorpecente, ou que determine dependência física ou psíquica, em lugar sujeito à administração militar, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão, até cinco anos.

1.2. Código de Processo Penal Militar (Decreto-Lei nº 1002/1969):

Art. 48. Os peritos ou intérpretes serão nomeados de preferência dentre oficiais da ativa, atendida a especialidade.

Art. 318. As perícias serão, sempre que possível, feitas por dois peritos, especializados no assunto ou com habilitação técnica, observado o disposto no art. 48.

Art. 529. A apelação será interposta por petição escrita, dentro do prazo de cinco dias, contados da data da intimação da sentença ou da sua leitura em pública audiência, na presença das partes ou seus procuradores.

Art. 531. Recebida a apelação, será aberta vista dos autos, sucessivamente, ao apelante e ao apelado pelo prazo de dez dias, a cada um, para oferecimento de razões.



1.3. Constituição Federal de 1988:

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

2. JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

2.1. Precedente de Extensão: o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do **HC 111.130**, chancelou e consolidou que *"é válido o laudo pericial assinado por um só perito oficial"*.

2.2. Inaplicabilidade da Lei de Drogas Comum (Lei nº 11.343/06): o Plenário do STF, no julgamento do Habeas Corpus (HC) 103.925, fixou a tese de que o art. 28 da Lei de Drogas (que prevê medidas despenalizadoras para o porte de consumo pessoal) não se aplica aos crimes militares previstos no art. 290 do CPM. Prevalece o princípio da especialidade.

2.3. Inaplicabilidade do Princípio da Insignificância (Bagatela): o STF firmou orientação no sentido de que a posse de entorpecente, ainda que em quantidade ínfima/mínima, no interior de organização militar, desautoriza a aplicação do princípio da insignificância. A decisão foi tomada no julgamento do Habeas Corpus (HC) 94685

3. JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR (STM)

3.1. Súmula nº 14 do STM: *"O princípio da insignificância não se aplica aos crimes de tráfico, posse ou uso de entorpecente ou substância de efeitos análogos, nas áreas sob administração militar."*

3.2. Aplicação do Princípio Pas de de Nullité Sans Grief (Art. 499 do CPPM - demonstrar prejuízo real e efetivo): o laudo definitivo de substância entorpecente subscrito por apenas um perito oficial preenche os requisitos do art. 318 do CPPM. (STM - Apelação nº 7000501-41.2020.7.00.0000).